



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47, DE 2020

(Da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende e outros)

Dá ao corredor de acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados a denominação Almerinda Gama.

DESPACHO:

À MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O corredor de acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados passa a denominar-se “Corredor Almerinda Gama”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Almerinda Farias Gama é uma das primeiras mulheres negras a atuar na política brasileira. Nascida na capital alagoana, em 16 de maio de 1899, ficou órfã aos oito anos, tendo sido criada pela tia, no Pará. Recebeu uma boa formação escolar, tendo estudado arte e piano. Ainda jovem, e enfrentando corajosamente as agruras do machismo e do racismo, passou a publicar crônicas no jornal *A Província de Belém*.

Tornou-se datilógrafa profissional, casando-se logo em seguida com um poeta paraense, vindo a ter com ele um filho que faleceu ainda pequeno. Em seguida, perde o marido, vítima da tuberculose. Desamparada pela viuvez, procurou emprego como datilógrafa, indignando-se ao constatar que os 300 réis de salário anunciado eram reduzidos a 200 se a contratada fosse mulher. Essa experiência dolorosa teve forte impacto em sua decisão de se engajar na política.

Muda-se, em 1929, para o Rio de Janeiro, capital federal à época, resoluta em se inserir no mercado de trabalho, o que de fato ocorreu. Ciente da necessidade de defender os interesses e direitos da classe trabalhadora, tornou-se presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos. Foi nesta época, como sindicalista, que veio conhecer Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, passando a militar com ela em suas iniciativas, particularmente a luta pelo voto feminino, o que se deu em 1932. Em pouco tempo na capital federal, Almerinda consolidou a sua imagem como líder feminista e sindical, fazendo com que fosse eleita delegada, a única mulher a votar como representante classista na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte (1933).

Empolgada com a atividade política, se candidatou pelo Distrito Federal nas eleições de 1934 para a Câmara Federal e o Senado, mas não venceu. Suas principais bandeiras de luta foram registradas em seu panfleto de campanha: “Advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação. Lutando pela independência econômica da mulher, pela garantia legal do trabalhador e pelo ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus”.

Embora sua participação no movimento feminista tenha sido de grande relevo, inclusive na conquista do sufrágio, Almerinda, enquanto uma das primeiras mulheres negras na política do Brasil, reconhecia que “[...] pesava mais a voz das mulheres da elite, de pensamento pouco sensível aos problemas das mulheres trabalhadoras.” Por isso, decidiu atuar em várias frentes que contemplasse as pautas que lhe pareciam urgentes e inegociáveis, e que por uma série de circunstâncias nem sempre se encontravam.

Sua militância, de fato, alcançou uma profusão de facetas. Almerinda estava ciente de que longe de se restringir ao direito de votar e ser votada, a luta em prol dos direitos da mulher, dos negros e dos trabalhadores era longa e complexa, envolvendo uma gama de variáveis políticas e sociais. Almerinda, falecida em 1999, próximo de completar 100 anos, nunca deixou de reconhecer o papel da política como instrumento efetivador de direitos.

Por isso, essa personagem magnífica, síntese de tantas identidades – mulher, negra, nordestina, suburbana, feminista, sindicalista, trabalhadora e delegada da Assembleia Nacional Constituinte –, por sua bravura matizada, representa todo os parlamentares e cidadãos que, num frenesi constante, transitam diariamente pelo corredor de acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivados a efetivar os direitos preceituados em nossa Constituição Federal. Isso faz com que Almerinda Gama receba com justeza a presente homenagem, o que me leva a esperar, resoluta, a aprovação do projeto em questão.

Sala das Sessões, em de de 2020.

**DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
COORDENADORA DA BANCADA FEMININA**

FIM DO DOCUMENTO
